

ARIANO SUASSUNA E O REGIME MILITAR: A CULTURA POPULAR COMO QUESTÃO DE SOBERANIA NACIONAL

Antônio de Pádua de Lima Brito

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as opiniões e idéias de Ariano Suassuna, expressas ao longo dos anos setenta, em defesa da cultura popular como fator de afirmação da identidade nacional e de segurança nacional, em consonância com as políticas culturais e ideológicas propagadas pelo regime militar de 1964-85.

PALAVRAS-CHAVE: cultura popular; movimento armorial; regime militar no brasil

ABSTRACT: The present article's main goal is to present Ariano Suassuna's opinions and ideas expressed throughout the 1970s regarding popular culture as an instrument for the strengthening of national identity and security, in accordance with the cultural and ideological policies of the Brazilian military regime (1964-85).

KEYWORDS: popular culture; armorial moviment; military regime in brazil

RÉSUMÉ: Cet article vise à présenter les opinions et les idées de Ariano Suassuna exprimé au cours des années soixante-dix, dans la défense de la culture populaire comme un facteur d'affirmation de l'identité nationale et sécurité nationale, en conformité avec les politiques culturelles e idéologiques propagée par le régime militaire de 1964-85.

MOTS-CLÉ: culture populaire; mouvement armorial; régime militaire au brésil

INTRODUÇÃO

Com o intuito de pensar uma política cultural que vislumbresse a idéia de integridade nacional no interior da ideologia de mercado, o regime militar de 1964 buscou aproximar-se dos intelectuais tradicionais, que foram reunidos a partir de 1965 em uma comissão com a finalidade de elaborar uma política nacional de cultura. Daquela comissão resultou a proposta de criação de um Conselho Federal de Cultura (CFC), oficialmente instituído em novembro de 1966. Seus integrantes foram escolhidos dentre os intelectuais “neutros” ou que desde o início apoiaram o golpe, a maioria deles participante de instituições tradicionais, como os Institutos Históricos e Geográficos e as Academias de Letras (ORTIZ, 2001).

Este trabalho pretende apresentar o posicionamento político de um desses intelectuais, o escritor Ariano Suassuna, como um arquétipo da visão de mundo dos setores nacionalistas que exerceram influência sobre o regime militar, que de resto acabou sendo incorporado ao que resultou do trabalho da primeira fase do CFC (1967-1973). O regime militar coincidiu com uma das fases mais produtivas de Suassuna. No período, foi organizado o movimento armorial e publicada a sua obra de ficção mais conhecida: *A Pedra do Reino*. Ao longo desse período, Ariano Suassuna também exerceu importantes funções públicas. Além de ter sido integrante do Conselho Federal de Cultura, onde permaneceu de 1967 a 1973, Ariano Suassuna também foi diretor do Departamento de Extensão Cultural (DEC) da Universidade Federal de Pernambuco, de 1969 a 1975, e Secretário de Educação e Cultura do Município do Recife, de 1975 a 1978, a pedido do recém empossado prefeito “biônico” da cidade, Antônio Farias. À frente desses cargos, Suassuna pôde viabilizar, com apoio oficial, o chamado “Movimento Armorial”.

Personalidade marcante na defesa da cultura popular como elemento de afirmação de um discurso nacionalista, Ariano Suassuna integrou o CFC como membro fundador ao lado de nomes como Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Raquel de Queiroz, Josué Montello, João Guimarães Rosa, Pedro Calmon, dentre outros.

O CFC, em relação ao governo militar, representava o braço ideológico dos setores nacionalistas que apoiavam o regime. Seus integrantes eram os arautos de um discurso de resistência contra a cultura de massa, vista como fator de descaracterização da cultura popular e, conseqüentemente, como ameaça à construção de uma identidade nacional. Manifestava, com isso, um pensamento que tinha afinidades com a visão utópica do nacional-popular, popularizada nos anos 60 inicialmente pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) e posteriormente pelos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, mas que teve origem no pensamento pós-colonialista defendido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O ISEB propunha a ruptura com a “dependência cultural”, definida, de acordo com Roland Corbisier (1960), como uma condição que faz a burguesia nacional, as classes médias esclarecidas e o proletariado industrial dos países periféricos repetirem a “metrópole”, sucumbindo a um profundo complexo de inferioridade que os torna incapazes de ter idéias próprias. Por entender que o “complexo colonial”, no qual a colônia, ao exportar matéria-prima e importar bens manufaturados – ou seja, exporta o “não ser” e importa o “ser” do outro – é um fenômeno entranhado nas sociedades dos países periféricos pela via da cultura, o ISEB propunha que a intelectualidade desses países abandonasse o conhecimento livresco e meramente erudito e assumisse o desafio de se aproximar da cultura popular, forjando uma ideologia em que o povo pudesse se encontrar e se reconhecer. Essa seria a contribuição da intelectualidade para romper com o complexo colonial e de incentivar uma atitude verdadeiramente independente e soberana de países como o Brasil no cenário mundial.

Apesar da afinidade de movimentos de esquerda com a perspectiva do ISEB, idéias de igual teor estavam presentes na visão de mundo da maioria dos integrantes do Conselho Federal de Cultura. No Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado durante a gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura (MEC) a partir de diretrizes apresentadas pelo CFC e lançado em 1974, o discurso oficial passou a outorgar ao poder estatal a missão de salvar e preservar a espontaneidade da criação popular.

Ao colocar entre suas diretrizes “o respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira” e “a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artísticos e ainda dos elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares”, o PNC apresentava como justificativa para esse esforço preservar os elementos que representariam a nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento de nacionalidade. Visava-se assim evitar que o “culto à novidade e à imitação dos povos desenvolvidos”, sem o devido acompanhamento do governo baseado em “critérios de qualidade” compromettesse a “harmonia” da sociedade brasileira.¹ O documento não se propunha a inibir o “contato intercultural”, mas sim tomar algumas “precauções” para que influências externas de “qualidade duvidosa” levassem ao “desaparecimento do acervo cultural acumulado ou ao desinteresse pela contínua acumulação da cultura”, o que representaria um “indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional”.²

A primeira parte deste artigo trata do Movimento Armorial, do qual Suassuna foi o principal mentor. Por meio do movimento, antecipa muitas das idéias que viriam a ser encampadas pelo regime na concepção do Plano Nacional de Cultura. Na segunda e última parte, são apresentadas as afinidades ideológicas que aproximavam Suassuna do regime militar. Nesse tópico são utilizados como referência artigos publicados pelo próprio escritor no Diário de Pernambuco entre 1976 a 1981. Na época, o regime atravessava uma fase crítica, devido à pressão de setores expressivos da burguesia nacional pelo abandono dos resquícios do nacional-desenvolvimentismo e abertura dos mercados nacionais, com redução da participação do estado na economia. São explicitadas as posições de Suassuna frente ao embate que se colocava à época, que posicionava em campos opostos, dentro e fora do regime, os defensores do liberalismo e do nacional-desenvolvimentismo.

¹ Ver Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Cultura (PNC)*. Brasília: 1975, p. 32 e pp. 13-14

² *Ibidem*, p. 30. Grifo do autor.

1.1 CULTURA POPULAR E RESISTÊNCIA

Ao se observar o percurso intelectual e cultural de Pernambuco nos últimos 150 anos, um dos aspectos mais marcantes é a recorrência da idéia de movimento a cada nova geração. Considerando que as reivindicações e bandeiras de cada um desses movimentos apresentavam diferenças sutis – não passando, na maioria das vezes, de meras ressignificações de velhos argumentos – uma hipótese válida, quando também se leva em conta o habitus de classe dos participantes e as alianças políticas, explícitas ou não, em que estavam enredados, é a de que muitos desses movimentos foram (ou são) parte integrante do mesmo “bloco histórico”.³

No caso do movimento regionalista de 1926 e do movimento armorial, suas características comuns permitem situá-los no interior de um mesmo bloco histórico, ocupando posições semelhantes. Do ponto de vista ideológico, ambos refletem fortemente os interesses dos setores agrários no pacto de 1930 que sobreviveram praticamente até os anos 1980. Ao tratar da inserção dos setores rurais em um bloco histórico de um país hipotético, Gramsci (2002, p. 64) tece considerações que se encaixam na realidade brasileira, ajudando a entender os posicionamentos dos participantes daqueles movimentos:

Este grupo compreende e vê que a origem de seus males está nas cidades, na força das cidades, e, por isso, entende que ‘deve’ ditar a solução às classes altas urbanas, a fim de que o principal foco seja debelado, mesmo que isto não seja da conveniência imediata das classes urbanas (...). Vê-se um reflexo deste grupo na atividade de intelectuais conservadores, de direita.

³ O conceito de “bloco histórico” aqui utilizado segue a mesma definição que lhe foi dada por Gramsci, ou seja, de uma unidade entre estrutura e superestrutura, natureza e espírito (Gramsci, 2002). É o bloco histórico que sustenta uma dada hegemonia, a qual não tem o mesmo sentido de dominação, podendo incorporar interesses diversos. A hegemonia reflete as contradições do “bloco histórico” que está longe de ser homogêneo: ele envolve o conjunto complexo e contraditório das superestruturas, como reflexo do conjunto de relações sociais de produção.

Movimento cultural sem manifesto, com o argumento de que “em Arte, a criação é mais importante do que a teoria” (SUASSUNA, 1974, p. 6), avesso aos padrões estéticos das vanguardas modernistas, o “movimento armorial” foi lançado no dia 18 de outubro de 1970 com uma exposição e um concerto na Igreja de São Pedro dos Clérigos em Olinda-PE, reunindo um grupo de artistas e intelectuais que proclamavam o desejo de realizar uma arte erudita a partir das raízes populares “autênticas” da cultura brasileira. O movimento reuniu representantes de praticamente todas as formas de expressão artística, como poetas, gravadores, músicos, escritores, pintores, homens de teatro, ceramistas e bailarinos. Ariano Suassuna foi o ideólogo e a figura de maior expressão do movimento. Além dele, estiveram também engajados nomes hoje reconhecidos nacionalmente nas suas respectivas áreas como Gilvan Samico na gravura e Antônio Nóbrega no teatro e na música, bem como os poetas Ângelo Monteiro e Marcus Accioly, o escritor Raimundo Carrero, o músico Antônio Madureira, o ceramista Francisco Brennand, dentre outros. Esses artistas tinham uma origem social semelhante: eram quase todos filhos de grandes proprietários de terras no sertão e na zona canavieira, oriundos de famílias tradicionais, com uma visão de mundo semelhante. Quando se considera o lugar social de onde advieram os armorialistas, é possível entender as posições por eles tomadas.

As idéias defendidas pelo movimento expressas basicamente nos textos de autoria de Suassuna, antecipam muitas das diretrizes que vieram a constar depois no Plano Nacional de Cultura (PNC). Logo de início, Suassuna trata de diferenciar o movimento armorial do Movimento de Cultura Popular (MCP), do qual se desvinculou em 1963 por divergir da orientação política que o segundo estava tomando. Para ele, o MCP estava dominado por um pensamento de esquerda doutrinário e preconceituoso, avesso “as liberdades amplas de criação”, e que buscava apenas impor suas cartilhas sem considerar que “a cultura popular é feita pelo Povo, pelo ‘quarto estado’, aqui identificados com os analfabetos ou semi-analfabetos”, constituindo-se “de tudo aquilo que o Povo cria para viver ou para se deleitar e que, tendo sido criado à margem da civilização européia e industrial, é, por isso mesmo, mais peculiar e singular” (Idem, 1969, pp. 40-41).

A partir da interpretação dada por Suassuna à palavra *armorial* é possível identificar três dimensões antecipadas pelo movimento que posteriormente estariam vinculadas ao PNC: a preservação das tradições, a unidade nacional e a diversidade cultural marcada pelo mestiçamento.

A tradição se expressa por si só nos símbolos valorizados pelo movimento, presentes no substantivo *armorial*, palavra usada como adjetivo e que se refere à heráldica – ou seja, ao conjunto das armas, brasões e demais símbolos da nobreza – cujo brilho “em esmaltes puros, festivos, nítidos, metálicos e coloridos” se reproduz, para Suassuna, nas manifestações populares da cultura brasileira. O uso de símbolos associados à heráldica também remete à valorização da sociedade patriarcal, pois, como observa Maria Aparecida Nogueira (2002, p. 188), “do mesmo modo que os animais totêmicos, investidos de qualidades sobrenaturais e honrados com arte reverencial, são usados como símbolos para unir os membros de um determinado clã, a heráldica une os membros de uma dada família”. Portanto, a preservação das tradições, que se expressam na cultura popular até nos seus elementos simbólicos, e a valorização de elementos da sociedade patriarcal estão estreitamente vinculadas, significando que não há como considerar uma sem a outra.

A heráldica também contribui para identificar um segundo elemento que Suassuna considera característico da cultura popular e que, portanto, acaba sendo valorizado pelo *armorial*: a idéia de unidade nacional. Esta viria, segundo ele, “do Povo, e a Heráldica popular brasileira está presente, nele, desde os ferros de marcar bois e os autos dos Guerreiros do Sertão, até as bandeiras das Cavalhadas e as cores azuis e vermelhas dos Pastoris da Zona da Mata (...); desde os estandartes de Maracatus e Caboclinhos, até as Escolas de Samba, as camisas e bandeiras dos Clubes de futebol do Recife e do Rio” (SUASSUNA, 1974, p. 11).

É essa unidade nacional, base do princípio da segurança nacional, que precisa ser assegurada pela via da cultura, tendo como base a idéia de “unidade na diversidade” presente no mestiçamento, da integração dos diferentes como uma característica particular e original da nacionalidade brasileira, formada por negros, índios e europeus, especialmente ibéricos. Para os *armorialistas*

essa composição harmônica de três grandes culturas formadoras da nacionalidade brasileira encontrava antecedentes no romancero. Ou seja, na coleção de romances, de obras narrativas em prosa ou em verso, datados dos primeiros tempos da literatura na península ibérica, que já combinava narrativas e formas de contar, influenciadas pela presença de outros povos na região, tais como mouros, ciganos, ladinos e judeus. Conseqüentemente, sendo oriundo de um cruzamento de influências e componentes diversos, o romancero, ao chegar ao Brasil junto com o colonizador português, teria contribuído para promover um tipo de mestiçagem também na cultura, definindo um caráter para a constituição da identidade nacional (SANTOS, 1999).

Tendo em vista a importância dada a essas três dimensões – tradição, unidade nacional e mestiçagem –, identificadas pelos armorialistas como a base da cultura popular que precisa ser preservada em nome da integridade nacional, Suassuna acaba por identificar nas expressões do modernismo, na cultura de massa e nos movimentos de vanguarda, como o tropicalismo, uma ameaça aos ideais por ele defendidos. A arquitetura moderna brasileira, por exemplo, é classificada por ele como sendo “feia, fria e desagradável”. Uma arquitetura que nem brasileira é, “pois é copiada de Le Corbusier, internacionalista, cosmopolita requentada, branca, cartesiana, de paredes nuas, brancas, retas e tendo, ainda por cima, desterrado de dentro de si a Pintura, a Cerâmica e a Escultura (SUASSUNA, 1974, pp. 31-33). Com relação aos tropicalistas Gilberto Gil e Caetano Veloso, segundo Suassuna, ambos haviam começado “bem na linha da nossa Cultura, mas depois se vulgarizaram, corromperam e abastardaram, vendendo-se ao cosmopolitismo, tornando-se entreguistas culturais.”⁴

Fica claro que a estética armorial é apresentada como uma estética de resistência a todas essas tendências culturais que, para Suassuna, nada mais seriam que cópias do que de mais vulgar era produzido no “estrangeiro”. Esta seria, na opinião de Thereza Didier, a diferença primordial em relação ao MCP. Enquanto este último defendia a construção da identidade nacional

⁴ SUASSUNA, Ariano. “O popular e o popularesco”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p.A-9, 11 de junho de 1978.

por meio da conscientização política, aquele passou a defender essa identidade nacional por meio da cultura de resistência (DIDIER, 2000).

A retórica de Suassuna estava estreitamente vinculada à retórica regionalista, especialmente àquela alimentada pelos intelectuais oriundos de estados nordestinos como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz e o próprio Ariano Suassuna. Trata-se de uma retórica, como bem mostra Albuquerque Júnior (1999, p. 86), que enaltece a região “como uma arma contra a excessiva centralização política e econômica, uma reação aos processos centralizadores do desenvolvimento capitalista”. O caráter homogeneizador do capitalismo e, por extensão, da indústria cultural é visto como uma ameaça às diferenças regionais e, conseqüentemente, às suas estruturas sociais e políticas. A diversidade regional e cultural é então defendida não numa perspectiva de democratização da cultura, de enaltecimento das potencialidades criativas e de transformação da cultura popular, mas sim no sentido de evitar, por meio da preservação das tradições populares, que o ímpeto modernizador da economia capitalista ameaçasse as estruturas sociais arcaicas, especialmente as estruturas fundiárias. A cultura popular é vista nas entrelinhas, portanto, como patrimônio que deve permanecer quase intocado, caso contrário, a segurança nacional poderia ser ameaçada.

Não à toa, em várias entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas, Suassuna deixou claro que sua militância era justificada em grande parte pela necessidade de se contrapor à idéia bastante disseminada no Brasil de que as estruturas rurais seriam as grandes responsáveis pelos males nacionais. A culpa por essa “deturpação da realidade” ele atribui aos intelectuais de classe média que, segundo ele, “costumam dar como dogma demonstrado e indiscutível a opinião de que eles próprios e os políticos ligados à Burguesia urbana não somente encarnam ‘o Bom, a verdade e o progresso’ como também são ‘os representantes verdadeiros do povo’”.⁵

Marcado pelo trauma do assassinato do seu pai (João Suassuna, ex-presidente do estado da Paraíba e opositor de João Pessoa) durante a

⁵ IDEM. “Liberais e Conservadores”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-9, 23 de abril de 1978.

Revolução de 1930, Suassuna argumenta que a opção pela defesa do rural decorre do fato de ter crescido escutando que o lado do seu progenitor, das oligarquias rurais resistentes às transformações, é que era o mal, enquanto o outro lado era o bem.

Ao falar sobre esse episódio, Ariano procurou sempre resgatar a memória do seu pai, insistindo na sua inocência no episódio da morte de João Pessoa e buscando ressaltar que naquele contexto nenhum dos lados era de fato representante dos valores da “modernidade”:

(...) a luta travada em 1930 entre os Suassunas e os Dantas de um lado, e os Pessoas e Almeidas do outro, não foi luta de oligarquias predominantemente rurais em torno de Suassuna contra as oligarquias predominantemente urbanas em torno do doutor João Pessoa.⁶

Utilizando José Américo de Almeida como parâmetro de comparação dentre aqueles que integravam o grupo de João Pessoa e o grupo mais próximo do seu pai, Ariano procura mostrar que as diferenças entre eles eram sutis, pois ambos tinham em comum a mesma origem social:

Nenhum dos dois ‘virou a casaca’. Apenas a separação real entre forças rurais e urbanas começava a se esboçar e ambos eram de família rural e de formação urbana. Mas Suassuna era mais fazendeiro do que bacharel, enquanto que José Américo de Almeida era mais bacharel do que senhor de engenho, como o personagem Lúcio de ‘A bagaceira’ revela-se tão bem. E, esboçada a luta, cada um tomou o lado que mais lhe tocava preparando-se ambos para tomar parte na tragédia que ia começar.⁷

Na realidade, Suassuna procura constatar um fato já reconhecido por pesquisadores que vêm se dedicando ao tema: o lado de João Pessoa e de

⁶ Idem. “A Revolução de 1930”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-9, 16 de abril de 1978.

⁷ IDEM. “Urbanismo contra Ruralismo”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-9, 07 de maio de 1978.

José Américo de Almeida era o daqueles que “sonhavam com a modernização, mas não com a modernidade” (ALBURQUERQUE JR., 2001, p. 140). Daqueles para os quais o “Nordeste devia se modernizar sem perder o seu caráter, leia-se, sem ter modificadas as suas relações de dominação” (Ibidem, p. 139). Sendo assim, a diferença do grupo de João Suassuna se devia ao fato de que estes, além de resistirem à modernidade, também resistiam à modernização das estruturas econômicas. Nesse caso, não haveria nessa história, de acordo com Ariano, nem mocinhos, nem bandidos. Eram todos integrantes das mesmas estruturas que resistiam às transformações da ordem social dominante no Nordeste.

Dessa forma, por entender que nenhum dos lados representava a faceta mais justa do episódio da revolução de 30 e por considerar que os padrões culturais da modernidade tendiam a ser mais perniciosos para a sociedade brasileira do que os padrões arcaicos, Suassuna manifestava uma clara preferência pelo mundo rural. Essa busca de valorização do rural, cuja imagem primordial no universo de Ariano é a do sertão com suas tradições e costumes, reforça a hipótese de que ele é movido por sentimento anticapitalista, que se revela em toda a sua obra literária e no próprio movimento. Como observa Santos (1999, p. 294), na obra de Suassuna “o dinheiro, portanto a burguesia e o capitalismo, são freqüentemente mostrados como mal absoluto, a origem da degradação do homem”.

Por outro lado, o anticapitalismo de Suassuna não implica em retorno ao um estágio anterior. É certo que uma de suas “teses” é a de que a opção pela industrialização como alternativa de desenvolvimento para o Brasil havia sido um equívoco. O próprio Suassuna chegou a afirmar, usando os ganhos da soja como exemplo, “muito mais importante do que o artificial e falso desenvolvimento industrial era fazermos do Brasil uma nação de agricultores e cabreiros”.⁸ Porém, uma vez que o processo de industrialização já era irreversível, e que, até certo ponto, dele dependia a redução da miséria no nosso país, que ao menos esse processo não destruísse os traços característicos da identidade nacional:

⁸ IDEM. “A utopia, a soja e as cabras”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-15, 31 de julho de 1977.

Não escondo que, por mim, eu preferiria uma vida mais poupada, modesta, sóbria, uma espécie de pobreza honrada, repartida e honesta numa comunhão maior com as cabras e as pastagens da vida rural. Mas parece que isso é um sonho impossível e que, se ficarmos nesse sonho, nunca deixará de haver desempregados e famintos entre nós; sem se falar em que as nações poderosas, vendo o grande carneiro, enorme, em que nos tornaríamos afiariam logo, seus cutelos para nos retalharem e dividirem a carne. Parece que, queiramos ou não queiramos, a tecnologia e o trabalho intenso são, no mundo moderno, uma espécie de maldição inevitável, a única maneira que temos de nos libertar da inferioridade e da dominação econômicas. Sem essa libertação, o Brasil não alcançará aquela grandeza à qual me referia, uma grandeza à altura do seu Povo. (...) Agora, que isso não nos descaracterize nem nos achate num cosmopolitismo uniforme e monótono, numa espécie de ‘esperanto cultural’ em que os Latino-americanos, embalados por uma falsa idéia do que seja universal, se metam a macaquear o alheio, voltando àquela idéia, do século XIX, de que a Cultura realmente verdadeira e superior era a européia de origem greco-latina, sendo todas as outras exóticas; de que um progresso contínuo presidia a ‘evolução’ das Artes e Literatura, sendo, necessariamente, um quadro da Renascença superior a um da Idade Média. (SUASSUNA, 2002, p. 33-34)

Ou seja, uma vez que o desenvolvimento capitalista pautado na industrialização é um fato inexorável, que ao menos ele se dê sem a descaracterização dos “valores e significados” que definem o modo de ser, de viver de sentir, de contemplar, de produzir o sustento, a “nacionalidade” do Povo brasileiro. A cultura é assim entendida no seu significado mais amplo, mas refletida nos símbolos exaltados pela cultura popular, que seria o elemento primordial para a conservação da nacionalidade brasileira. Para que ela não seja ameaçada, é necessário garantir que a indústria conserve traços dessa nacionalidade e que, portanto, ela seja genuinamente nacional, refletindo nossa

cultura. Seria necessário preservar os setores produtivos nacionais da invasão “estrangeira”, inibindo o acesso das multinacionais aos nossos mercados.

1.2 CULTURA POPULAR E SEGURANÇA NACIONAL

As manifestações de apoio de Suassuna às Forças Armadas e ao regime de 1964 refletiam uma tese defendida por ele de que essa instituição tinha um papel semelhante ao que um dia havia sido o da monarquia: o de salvaguardar a unidade e a identidade nacionais. Seu ideal monárquico foi manifestado explicitamente em diversos artigos publicados nos anos 1970. No Diário de Pernambuco, Suassuna procurou apresentar o episódio ocorrido na Espanha após a ditadura franquista – em que o Rei Juan Carlos teve papel fundamental na consolidação da democracia espanhola, ao conseguir reunir forças políticas antagônicas em torno das negociações que fundamentaram o Pacto de Moncloa – como uma prova em contrário contra aqueles que o criticavam por revelar simpatia pelo regime monárquico.

Ariano Suassuna deixa transparecer claramente sua preferência pela monarquia, por entender que somente o poder pessoal de um Rei ou Imperador poderia evitar as ameaças de desagregação nacional. Segundo ele, “para os Latinos em geral e os Brasileiros em particular, a Monarquia, em princípio, é o regime que mais corresponde à psicologia do Povo e aquele no qual as crises violentas podem ser mais bem absorvidas em soluções políticas.”⁹

Se no século XIX a ameaça à soberania nacional era materializada no temor de que a abolição poderia gerar revolta entre os grandes proprietários de terra, que tenderiam a colocar seus interesses locais acima dos nacionais, no século XX a ameaça temida por Suassuna era materializada nas empresas multinacionais que estariam a serviço dos interesses imperialistas norteamericanos. Sendo o retorno do regime monárquico ao Brasil um sonho irrealizável, uma verdadeira utopia, Suassuna depositava nos militares o papel de proteger os interesses nacionais contra as forças do capital, que encontrava ressonância em grande parte do empresariado e no único partido de oposição

⁹ Idem. “Carter e o MDB”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-13, 17 de julho de 1977.

ao regime, o MDB. Em decorrência disso, o MDB foi por um longo período alvo de suas críticas. Num dos seus artigos, Suassuna chega a insinuar que o MDB estaria articulando com Carter uma estratégia com o intuito de que os EUA intervissem para derrubar o regime militar instalado no Brasil – o que, para Ariano, representava uma grande ameaça à nossa soberania. A declaração de Franco Montoro sugerindo que o presidente Carter teria sido mais importante na articulação do Pacto de Moncloa que o Rei Juan Carlos seria uma prova dessa aliança estratégica entre o governo norte-americano e o MDB:

Não gosto de discordar de quem está debaixo. Mas o MDB só está caído aparentemente; na minha opinião, anda se colocando, quanto à Carter, em má situação. Seus líderes – alguns dos quais são pessoas a quem estimo e respeito – às vezes afirmam que um ‘nacionalismo sem exageros’ faz parte do programa do Partido. Mas, contraditoriamente com isso no últimos tempos têm colocado boa parte de suas esperanças numa possível intervenção no Brasil desse presidente americano que, apesar de diácono de uma igreja batista, anda meio esquecido dos traves de seus olhos e atento demais aos argueiros dos vizinhos. Ora, Montoro evidentemente citava o caso da Espanha como a dizer-nos – ‘Vejam o que Carter fez lá, bem pode vir a fazer aqui’ – e foi por isso que protestei. Sou nacionalista sem exageros e com exageros (...).¹⁰

Por outro lado, mesmo afirmando sua antipatia pelas bandeiras do MDB e suspeitando das suas intenções, Suassuna também dizia não se filiar à Arena. Para ele, este partido não tinha uma linha programática clara ao não se definir como um partido nacionalista, cujo compromisso na prática fosse não exclusivamente a manutenção do regime, mas sim a preservação dos interesses nacionais contra a invasão estrangeira.¹¹

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Idem. “Por que não sou da Arena”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-13, 17 de setembro de 1977.

Em nome desse nacionalismo “sem e com exageros”, Ariano procura justificar seu apoio ao regime militar, ainda que afirmando não se tratar de apoio incondicional:

Sei que afirmando e reafirmando a importância que dou às forças armadas no campo da política brasileira, incorro nas iras, ou, nos melhores casos, no desagrado daqueles que vêem o exército brasileiro como uma espécie de ‘expressão do mal’. (...) O motivo principal de eu, em princípio, dar meu apoio aos Soldados é que, não tendo partido, meu partido é o Brasil – e o único Partido que eu vejo com organização e força suficientes para comandar o nosso processo de emancipação é a Força Armada brasileira. Atualmente – e apesar de todas as contradições do nosso processo de libertação – é muito fácil, para quem tenha olhos para ver, descobrir quem está, de fato, por trás dessa campanha que se generaliza contra as Forças Armadas do Brasil: são os Estados Unidos com o Presidente Carter à frente, a Burguesia paulista e os órgãos de comunicação colocados nas mãos ou a serviço dessas duas forças poderosas, e, por isso mesmo tão poderosos também que constituem hoje um quarto Poder, talvez tão forte quanto o Executivo e certamente mais forte do que o Legislativo e o Judiciário. De minha parte, como escritor, sei que estou cometendo um verdadeiro suicídio ao me opor a essas forças. Mas vendo perfeitamente de onde ela parte, acho que basta sua origem para tornar suspeita aquela campanha que a falsa Esquerda brasileira – festiva, cega e irresponsável como sempre – não se envergonha de apoiar.¹²

Tal ênfase de Suassuna, no reforço a seu apoio às Forças Armadas na segunda metade dos anos 1970, reflete o desgaste do “pacto estrutural” no interior do “bloco histórico” que deu sustentação ao golpe de 1964.

¹² Idem. “Brasil, Exército e Esquerda”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-13, 04 de setembro de 1977.

O empresariado paulista começava a dar sinais de insatisfação com os militares à frente do governo, acusados de promover uma estatização da economia em níveis muito próximos ao dos países comunistas. Pediam então uma maior liberalização dos mercados, o que desagradava os setores nacionalistas, especialmente o agronegócio, fortemente beneficiado pela política de incentivos e subsídios fiscais destinada a proteger os setores menos competitivos da economia.¹³ Posicionando-se claramente no segundo grupo, Suassuna reproduzia um discurso muito semelhante ao de grande parte dos setores produtivos pernambucanos em defesa da proteção da indústria nacional:

Os empresários brasileiros, a meu ver de modo completamente errado e talvez impatriótico, estão mais preocupados com as 125 empresas (estatais) do que com as 281 estrangeiras. Em vez de olharem o Governo brasileiro como um aliado na luta e de ajudá-lo o mais possível para podermos resistir, juntos, à desnacionalização que nos ameaça, ficam a reclamar contra os imaginários perigos da estatização. Esquecem, em primeiro lugar, que num país como o Brasil, a intervenção estatal na Economia é não só necessária como indispensável, inclusive para tornar possível a ordenação das atividades e do crédito a ser destinado às empresas privadas; e, em segundo lugar, que a estatização é, na maioria dos casos, a única defesa que o País tem contra a ameaça do controle de sua Economia pelas empresas estrangeiras, que, em alguns casos, são mais ricas e poderosas do que a maioria das nações do mundo.¹⁴

¹³ Esse embate ganhou destaque nos jornais, especialmente no *Estado de São Paulo*, que representava os interesses dos setores que pediam uma redução do papel do Estado e uma maior liberalização dos mercados, em face das ameaças de crise sistêmica que os indicadores macroeconômicos sinalizavam, tamanho o endividamento do país, que continuava a insistir numa política contracíclica de crescimento. O modelo de substituição de importações já havia se esgotado, tendo sido o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) seu último suspiro, e o país já não mais conseguia acompanhar as mudanças tecnológicas requeridas para garantir a competitividade dos setores produtivos, especialmente da indústria.

¹⁴ SUASSUNA, Ariano. "A desnacionalização". *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-9, 13 de novembro de 1977.

Esse posicionamento levou Suassuna a apoiar declaradamente a candidatura à Presidência do general Euler Bentes Monteiro, em oposição ao general Figueiredo, para a sucessão de Geisel. Euler Bentes teria, na sua opinião, um compromisso mais firme com o projeto nacionalista que ele defendia.

Com a derrota de Euler Bentes, a postura de Ariano Suassuna em defesa do regime militar começou a arrefecer. Primeiro lamentando a saída de Geisel, em quem reconhecia mais méritos do que defeitos, apesar de não ter representado exatamente o ideal nacionalista por ele almejado:

(...) a grande maioria dos que fazem a opinião pública no País muito queria e muito esperava do Presidente Geisel. Havia motivos para isso. Todo mundo sabia que na área do governo, o General Geisel era ligado a linha de seriedade, com postura, legalidade e honradez do Marechal Castelo Branco. (...) E esperávamos ainda que, tendo toda a sua vida marcada entre outras coisas, pelo tenentismo e pela defesa da Petrobrás, ele reorientasse a economia no sentido que todos nós aguardávamos ansiosamente há tanto tempo — nacionalismo, integração das regiões mais pobres, desconcentração de renda, nivelamento menos injusto nos salários, fortalecimento do mercado interno, etc. (...) Creio que ele tentou e fez o que pôde. Parece, porém, que governar um país grande, mas cheio de violentas contradições como o Brasil, é uma coisa realmente dilaceradora para um homem de bem.”¹⁵

Daí em diante, à medida que a crise econômica se agravava e o governo se via obrigado a adotar medidas impopulares para conter suas conseqüências, as declarações de Ariano contra o regime vão se tornando cada vez mais virulentas. Considerando que os ataques do lado dos setores “modernos” eram tão intensos quanto, é possível se concluir que naquele momento o pacto estrutural que sustentava o regime encontrava-se dilacerado, revelando que a

¹⁵ Idem. “O Governo Geisel”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-11, 24 de setembro de 1978.

crise também continha uma dimensão política que tenderia a derrubar o regime. O que não se sabia é de que modo isso se daria, uma vez que a queda de braço entre as forças mais representativas que davam substância ao referido pacto não deixava muitas pistas de quem sairia vencedor. Posteriormente, ficaria claro que novos arranjos entre elites permitiriam uma saída “pacífica” e “ordeira” em direção a uma “abertura democrática”.

Naqueles anos, após a posse de Figueiredo, quando o regime dava claros sinais de esgotamento, Suassuna engrossava o coro dos descontentes, procurando justificar seu apoio inicial ao “movimento de 1964” apresentando as razões que o teriam feito se enganar por tanto tempo:

(...) o grande argumento do Governo durante esses quinze anos – argumento no qual confesso envergonhado, que, por um entendimento errado do orgulho nacional, fui sensível durante certo tempo – era que, com todos os seus erros noutros campos, o Movimento de 1964 tinha feito crescer a produção nacional, contido a inflação e aumentado as divisas do Brasil. Este último argumento era o que mais me tocava, pois eu julgava entrever, pela primeira vez, a possibilidade de erguermos altivamente a cabeça no campo internacional. Agora, a fome está aí, o desemprego também, a soberania nacional está sendo diariamente atingida, a inflação disparou, o País está devendo ‘os olhos da cara’ e, pior de tudo, a identidade cultural do Brasil está se desagregando a olhos vistos. Que me perdoem o aparente pessimismo: a Rússia comunista é uma prisão, o mundo capitalista ocidental é um bordel. O Brasil está pretendendo ser, ao que parece, um misto de prisão e bordel, ainda por cima de propriedade estrangeira.”¹⁶

Entretanto, a razão maior de sua amargura explica-se pelo fato de ele haver se sentido enganado quando acreditou que o regime militar estava comprometido com a valorização da cultura popular como elemento de

¹⁶ Idem. “Outro Mea Culpa”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-11, 09 de setembro de 1979.

resgate da nacionalidade brasileira “autêntica”. O ano de 1979 coincide com início da fase mais populista do regime no âmbito da cultura. O então Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela, passou a adotar uma política cultural que tinha como foco estimular a disseminação de uma produção cultural mais próxima da linguagem da população de baixa renda. Isto significou uma aproximação maior do governo com a cultura de massa e um afastamento substancial da linha proposta pelo Conselho Federal de Cultura. Percebendo esse movimento do governo no âmbito da cultura, Ariano desabafou:

Durante muito tempo acreditei – santa ingenuidade! – que, tentando nós, por nossa parte, fortalecer a Cultura brasileira através de uma Arte e uma Literatura realmente nacionais, os nossos dirigentes, que nos aplaudiam, poderiam tirar conclusões semelhantes e adotá-las no campo político. Foi por isso que, entre outras coisas, criei o Movimento Armorial. Descobri depois, amargamente, que o Governo alijava sistematicamente de dentro de si, como indesejáveis, todos os políticos e militares nacionalistas, não se dando mais nem sequer o trabalho de acusá-los de comunistas: eram expulsos por serem patriotas mesmos. E descobri também que ninguém se incomodava absolutamente que nós escrevêssemos nossos livros, pintássemos nossos quadros ou compuséssemos nossas músicas na linha brasileira. Os meios de comunicação de massa, dominados pelo capital estrangeiro, destruíam com grande eficácia tudo o que construíamos penosamente. Que força teria um Quinteto Armorial diante das discotecas? Além disso, talvez fosse até bom para o Governo que assim agíssemos: poderíamos talvez distrair um pouco os que nos ouviam, enquanto ele entregava tranqüilamente aos de fora a economia e até enormes porções do território nacional. Foi quando me convenci disso que as escamas caíram dos olhos e mudei para a posição em que hoje me encontro, numa decisão tomada bem a minha maneira moderada e ponderada, mas que, por isso mesmo, é firme e segura.¹⁷

¹⁷ Idem. “Mea Culpa”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-11, 02 de setembro de 1979.

Em face desse caráter estrito de afirmação da nacionalidade a partir da cultura popular como uma forma de resistência, as questões sociais e políticas são sempre tratadas num plano secundário e de forma acrítica. A noção de Povo é também aqui idealizada no contexto de uma comunidade orgânica, como um grupo com “hábitos mentais similares, cujos integrantes são guardiães da memória esquecida”, sendo o homem do campo a representação mais fiel dessa idealização (ORTIZ, 1992).

Para Suassuna, a cultura de massa seria uma das principais ameaças a esse modo de vida e, portanto, à nacionalidade brasileira na sua essência. É a ela que as políticas públicas deveriam impor maior resistência como forma de garantir a nossa soberania.

Chama a atenção na crítica à cultura de massa um forte traço antiamericano. A cultura de massa seria o meio de disseminação dos valores negativos do liberalismo capitalista que levam “à corrupção desenfreada em matéria de sexo e de dinheiro, à opressão branca na qual, em nome da Liberdade, a besta humana é capaz de matar, oprimir e explorar a maioria, contanto que os ricos possam manter seus carros enfeitados de ouro, suas piscinas e suas amantes”¹⁸.

Há um componente moral menos explícito que motiva o antiamericanismo dos setores conservadores, que precisa ser considerado na diferenciação das preocupações dos setores progressistas e de esquerda. Enquanto estes últimos manifestam preocupação com as determinações do mercado impostas pelo poder financeiro das grandes corporações de entretenimento norte-americanas e suas conseqüências sobre a liberdade de criação e com a ameaça à nossa soberania decorrente do caráter de dominação da política externa do governo dos Estados Unidos, aqueles estão mais preocupados com a subversão da ordem estabelecida nas sociedades tradicionais, em face dos novos valores introduzidos pela cultura americana. Já nos anos 1930, Antonio Gramsci foi um dos primeiros a alertar para tal motivação contra o americanismo. Segundo ele, a crítica ao americanismo “é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão

¹⁸ Idem. “O som e a fúria”. *Diário de Pernambuco*, Caderno Opinião, p. A-9, 02 de abril de 1978.

esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, e desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação” (GRAMSCI, 2001, p. 280).

Por essa razão, Gramsci alertava que não podia ser dos grupos sociais ‘condenados’ pela nova ordem que se devia esperar a reconstrução da sociedade nas bases requeridas pela modernização. Gramsci, como era de se esperar, preferia destinar essa atribuição para aqueles que, com o seu trabalho, estavam criando essas bases materiais, ou seja, a classe trabalhadora. Eles é que deveriam tomar para si a atribuição de reconstruir um sistema de vida “original, e não de marca americana”, compatível com essa nova ordem.

Entretanto, no que diz respeito à cultura de resistência que se coloca frente à influência norte-americana, as posições das correntes intelectuais e políticas identificadas com a direita e com a esquerda tendem a se confundir. São posições contraditórias e que tendem a se encontrar em situações específicas. No caso específico do presente artigo, tais contradições se revelam nas escolhas políticas do próprio Ariano Suassuna. Apesar de antiprogressista assumido, Suassuna participou de grupos e partidos políticos de esquerda, autodenominados de “forças progressistas”. Tais escolhas tampouco o impediram de ocupar cargos públicos e apoiar explicitamente a ditadura militar, ou o “movimento de 1964”, como preferia se referir ao golpe.

Não por outra razão, após a abertura política, especialmente nos anos 1990, Suassuna se reencontrou com as esquerdas, apesar de todas as críticas feitas às várias tendências ao longo dos anos setenta. Isto não foi fortuito. Diante da crise no campo das esquerdas após a queda do muro de Berlim e do refluxo do liberalismo econômico como ideologia dominante no novo contexto da globalização, a oposição ao programa de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho do Estado, adotado a partir de 1990 com a posse de Fernando Collor, se viu obrigada a recorrer a proposições nacionalistas em defesa da soberania nacional para se contrapor a tais formulações por muitos atribuída ao chamado “Consenso de Washington”. Com isso, mais uma vez a problemática das tradições populares como representação da identidade nacional, tendo como pano de fundo o mito do

mestiçamento, volta à tona para dar substância a um discurso que buscava se opor ao processo de internacionalização da economia brasileira iniciado nos anos 1990. Isso evidencia que a visão de mundo que Suassuna representava não morreu. Ela foi resignificada e incorporada à formação de novos blocos de poder que passou a incluir a elite da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o governo militar haver encampado discursos como o de Ariano Suassuna, bem como de outros intelectuais tradicionais de igual importância, na defesa da “preservação” da cultura popular como parte de uma política nacional de cultura apontada como relevante para a segurança e integridade nacional, é revelador do quanto sua manutenção estava comprometida com aquilo que Francisco de Oliveira denominou de “pacto estrutural” entre os proprietários rurais e o empresariado industrial urbano. Sob tal pacto, a burguesia industrial ocuparia uma posição hegemônica na sociedade brasileira, mas assegurando “as condições de reprodução das atividades agrícolas, não-excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura de poder nem dos ganhos da expansão do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 65). O golpe militar de 1964 foi interpretado como o ápice desse “pacto estrutural”, uma vez que ele resultou de uma aliança de setores agrários, industriais e militares em reação às “reformas de base” propostas por João Goulart. Contrariamente à expectativa de setores expressivos da esquerda, inclusive do PCB, que imaginaram contar com o apoio da burguesia nacional contra as estruturas sociais arcaicas que continuavam se perpetuando do campo, os setores hegemônicos “modernos” da sociedade apoiaram o golpe (RIDENTI, 1993).

Esse pacto entre setores arcaicos e modernos em defesa do regime militar nada mais era do que uma conformação para o processo histórico brasileiro de um fenômeno comum à ordem capitalista, identificado por Raymond Williams (1977), de incorporação seletiva das tradições para legitimar interesses hegemônicos. Ocorre, portanto, nesse processo, uma “articulação

de interesses” entre os grupos sociais dominantes e/ou emergentes com grupos residuais oriundos da ordem social anterior. O que há de paradoxal nessa “articulação de interesses” é que uma determinada “tendência da vida intelectual e artística” da época – oriunda de setores residuais que em nada se identifica com sociedade industrial, que pode ser definida como uma “formação” intelectual nos moldes propostos por Raymond Williams – acaba sendo incorporada pela ordem vigente, ainda que de forma seletiva, para ratificar, contraditoriamente, um padrão específico de modernização.

Nos discursos de Ariano Suassuna, expressos em artigos publicados em jornais e revistas ao longo dos anos 1970, é possível identificar muitos desses paradoxos: de um lado, a defesa do mito da mestiçagem como parte da identidade nacional e fator de harmonização da sociedade brasileira, vinculada à preservação das tradições e da cultura popular e à defesa da sociedade agrária; ao mesmo tempo, reconhece que havia naquela sociedade elementos que perpetuavam as injustiças sociais e que precisam ser combatidos, e que a industrialização deve ser tolerada, mas evitando seu caráter desintegrador, presente na internacionalização e na influência negativa da cultura de massa, que representaria uma ameaça à soberania e à segurança nacionais.

A idéia de continuidade histórica que as proposições de intelectuais como Suassuna encerram, e que muito serviram para a legitimação do golpe de 1964, parece ter se consolidado definitivamente como elemento de afirmação da nossa identidade. Ainda que não seja eterno, o legado de Silvio Romero e Gilberto Freyre, que foram sem dúvida os principais formuladores dessas visões de mundo, continua em voga. São visões de mundo que se apóiam na memória ou em um passado idealizado, nos quais buscam elementos afirmativos de uma identidade para a qual tudo o que é externo e dominante lhes parece hostil. Com esse legado, também sobrevivem os herdeiros da velha ordem patriarcal, que para assegurar posições nos campos de poder continuam a se apresentar como representantes das tradições que definem a nossa identidade. Posicionam-se, dessa forma, perpetuando os velhos mecanismos de inserção do Brasil na ordem capitalista moderna, cuja característica significativa é a articulação de interesses, ou um pacto estrutural, que concilia elementos arcaicos e modernos em um mesmo bloco histórico, constituidor de uma dada hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. 2001. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.
- CORBISIER, Roland. 1960. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Iseb.
- DIDIER, Maria Thereza. 2000. *Emblemas da sacração Armorial: Ariano Suassuna e o Movimento armorial*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- GRAMSCI, Antonio. 2002. *Cadernos do cárcere, volume 3, Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 2001. *Cadernos do cárcere, volume 4, Temas da Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. 2002. *Ariano Suassuna: O Cabreiro Tresmalhado*. São Paulo: Palas Athena.
- OLIVEIRA, Francisco. 2003. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- ORTIZ, Renato. 2002. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho D'água.
- _____. 2001. *Cultura brasileira & Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1993.
- SANTOS, Idelete Muzart Fonseca dos. 1999. *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento armorial*. Campinas: Ed. Universitária da Unicamp.
- SUASSUNA, Ariano. 1969. "A arte popular no Brasil", In: *Revista Brasileira de Cultura*; Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura. Palácio da Cultura, Rio de Janeiro, n. 2, p. 37-43.
- _____. 2002. "A farsa e a preguiça brasileira". In: *A Farsa da Boa Preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1974. *O Movimento Armorial*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- WILLIAMS, Raymond. 1977. *Marxism and Literature*, Oxford University Press.